

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Os inequívocos sinais de uma estagflação

JORNAL DA TARDE

As informações preliminares sobre o comportamento da economia brasileira neste primeiro semestre de 1988 revelam um quadro dos mais inquietantes. De fato, apesar de alguns aspectos favoráveis, como o extraordinário desempenho das exportações e o êxito da operação de saída da moratória externa comandada pelo ministro Mailson da Nóbrega, os sinais de uma grave crise são inquestionáveis. Eles começam com o novo ciclo de aceleração inflacionária, confirmado pelo índice de 24,04% em julho, passam pela queda do Produto Interno Bruto, motivada pela forte retração do mercado interno, e se completam com um preocupante declínio dos investimentos. Ou seja, o País parece caminhar rapidamente para a estagflação, a perversa mistura de estagnação e inflação.

Segundo estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Econômicas e Sociais (Inpes), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a taxa de formação bruta de capital fixo (indicador dos investimentos) diminuiu para 16,5% do PIB no segundo trimestre deste ano, a mais baixa desde 1985. Isso significa que a taxa de investimento caiu 2,9% em relação ao primeiro trimestre. O PIB também diminuiu no segundo trimestre de 1988, com um índice negativo de 0,8% em comparação com o primeiro trimestre. No primeiro semestre o declínio foi de 0,73%. Assim, de acordo com esses cálculos preliminares dos técnicos do Inpes, em junho deste ano o PIB já acumulava uma queda de 0,44% em 12 meses. E o pior é que, no momento, não há qualquer possibilidade de reversão dessa tendência.

Além das conhecidas incertezas no quadro político (decisões da Constituinte prejudiciais às atividades econômicas privadas e hostis ao capital estrangeiro) a diminuição dos investimentos reflete a preocupação com a inflação e a sensível redução dos investimentos do setor público, em virtude da crise financeira do Estado e do esforço de contenção do déficit. Outro fator importante, registrado em estudos do Banco Mundial, é a persistência do problema das transferências de recursos ao Exterior.

Mas, enquanto se observa essa contração da demanda interna, as exportações brasileiras vêm apresentando um desempenho excepcional (graças a esse fator providencial o desemprego na indústria não assumiu proporções explosivas), devendo atingir a marca dos US\$ 30 bilhões até dezembro, com um crescimento de 11,5% sobre o total de 1987. Mais expressivo ainda é o crescimento do superávit comercial, que em junho já era de US\$ 8,6 bilhões e, até dezembro, poderá chegar aos US\$ 16 bilhões (com um aumento de quase 40% em relação ao ano passado). Aí está, a nosso ver, uma oportunidade de expansão dos investimentos, dependendo, é claro, da disposição do governo de eliminar as barreiras para a importação de bens de capital e de tecnologia, como prevê a nova política industrial. Seria uma maneira de neutralizar o impacto inflacionário da transformação dos dólares recebidos pelos exportadores em cruzados.

Aliás, deter a inflação e reduzi-la a índices toleráveis pela economia é tarefa prioritária do governo nesse momento, embora se deva reconhecer que a área de manobra para a adoção de novas medidas é bastante estreita. Exemplo típico é o encurtamento dos prazos para o recolhimento dos impostos decidido na semana passada pelo governo. Trata-se, sem dúvida alguma, de providência importante do ponto de vista do déficit público, pois vai proporcionar um ganho financeiro de Cr\$ 400 bilhões ao Tesouro, mas por outro lado representa um ônus considerável para as empresas, que tenderão a repassar aos preços a perda dos ganhos que obtinham no mercado financeiro com a aplicação do dinheiro dos impostos. No caso das instituições financeiras, essa redução dos prazos de recolhimento dos impostos acarretará uma elevação dos juros, porque haverá menos dinheiro disponível para captação e empréstimos. E, como é previsível, os juros mais altos acabarão se refletindo sobre os preços...

Diante dessa e de outras dificuldades, torna-se cada vez mais difícil para o governo fugir, como vem fugindo desde o seu início, de uma profunda reforma administrativa, com a eliminação de ministérios e a demissão dos 300 mil funcionários ociosos, pois somente com a redução dos gastos de custeio, do governo e das empresas estatais, tornar-se-á viável uma recuperação da capacidade de poupança (leia-se de investimento) do setor público.

Os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu gostariam que o presidente Sarney caminhasse nessa direção, aproveitando, agora, a oportunidade aberta pela saída dos ministros do PMDB para a extinção dos ministérios da Previdência, da Ciência e Tecnologia e da Cultura, que seriam integrados, respectivamente, aos ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e Educação. A economia com essa medida seria pequena, porém ela teria grande impacto psicológico no sentido de demonstrar a disposição do governo de submeter-se ao regime de austeridade que infelizmente ainda não passou dos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Não existe mais a possibilidade de adiar a reforma do Estado brasileiro (e por reforma entendemos não só a administrativa, mas também a realização de um amplo, geral e irrestrito processo de privatização), cuja crise paralisa os investimentos públicos e privados e alimenta um processo inflacionário insuportável. Se porventura alguém duvidar do que estamos dizendo, basta olhar para o que acontece nesse momento com a moeda nacional, o cruzado.

A simples leitura do relatório semestral do Banco Itaú revela, na verdade, que o cruzado já não é mais a moeda nacional... Segundo esse documento, o saldo dos depósitos em conta corrente no dia 30 de junho era de Cr\$ 125,5 bilhões, ao passo que as aplicações dos correntistas em títulos do governo (overnight) somavam na mesma data Cr\$ 261,3 bilhões ou US\$ 1,3 bilhão, isto é, dobraria dos depósitos à vista. Isso mostra que os agentes econômicos preferem a chamada quase-moeda (os títulos públicos), que lhes oferece proteção contra a erosão inflacionária do valor da moeda, em lugar do pobre cruzado, que se desvaloriza 24% a mês. Todos evitam o cruzado; ninguém mais ousa usá-lo como reserva de valor.

Os bancos, em razão da acentuada queda dos depósitos à vista, perderam uma importante fonte de recursos para a concessão de empréstimos às atividades produtivas, pois o dinheiro que vai para overnight deixa de ser aplicado na produção ou em investimentos. Dessa forma, o déficit público acaba drenando toda a energia que o setor privado tem para crescer.

Outro indicador da pressão exercida pelas necessidades de financiamento do governo é a relação entre o valor dos títulos federais e os meios de pagamento. Em dezembro de 1986 essa relação era de 0,78, isto é, o montante dos títulos governamentais era inferior aos meios de pagamento; em junho deste ano, essa relação subiu para 4,02, indicando que o montante dos títulos oficiais em poder do público passou a ser quatro vezes maior que os meios de pagamento.

Nessas condições, enquanto o governo não promover uma reforma administrativa para valer, será impossível uma retomada dos investimentos oficiais e privados, e a queda da inflação. Se nada for feito para deter esse processo, o risco de hiperinflação será cada vez maior. Esta é a dramática situação da nossa economia, enquanto a Constituinte do dr. Ulysses Guimarães dá os últimos arremates na "Constituição dos miseráveis"...